



II FÓRUM REGIONAL DE LICENCIATURAS SBEM-RIO DE JANEIRO RELATÓRIO FINAL

OBJETIVOS DO EVENTO

Ocorreu no dia primeiro de dezembro de 2007, nas dependências da Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro - UNIRIO, o referido fórum, promovido pela SBEM-RJ. Esse Fórum teve como objetivo conhecer, avaliar e debater acerca do processo de implementação das reformas dos cursos de Licenciatura em Matemática, no estado do Rio de Janeiro, provocadas pelas atuais Diretrizes Curriculares para a Formação do Professor da Educação Básica (Parecer CNE/CP 09/2001) e as Diretrizes Curriculares para o Curso de Matemática (Parecer CNE/CES 1.302/2001). O Fórum objetivou, também, levantar questões que mereçam atenção da comunidade de acadêmicos docentes atuantes nos cursos de licenciatura em matemática, de forma a garantir a qualidade da formação oferecida pelas instituições de ensino superior de nosso estado.

Este evento deu continuidade ao que já havia acontecido, em nosso estado, em 2003, num momento em que os documentos oficiais apresentando diretrizes haviam sido recentemente publicados pelo governo federal. As sínteses desses fóruns, realizados regionalmente, foram apresentadas e discutidas no Seminário Nacional “Construindo Propostas para os Cursos de Licenciatura em Matemática”, realizado em Salvador, em 2003. A partir desse evento, a SBEM produziu um documento que foi encaminhado ao MEC, em 2004, retratando as expectativas e necessidades da formação inicial do professor de Matemática.

Decorridos três anos desse debate, a SBEM considerou a importância de promover um seminário nacional em 2007, com vistas a avaliar como as diferentes Instituições de Ensino Superior vêm implementando os cursos de Licenciatura em Matemática e propor ações que possam contribuir com as políticas públicas de formação de professores. Nesse sentido, o Fórum realizado no Estado do Rio de Janeiro realizou-se anteriormente a esse seminário nacional, previsto para os dias 10 e 11 de dezembro de 2007, na UNICAMP.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE O EVENTO

A abertura do evento ocorreu às 9 horas, com vistas a terminar às 16h, considerando-se o tempo de deslocamento dos participantes que vêm de cidades distantes do RJ, e que ainda nesse dia retornariam.

Inicialmente, formou-se a mesa de abertura do fórum, composta pela professora Maria Laura Mouzinho Lopes, professora emérita da UFRJ; professor Luiz Pedro Sans Gil Jutuca, vice-reitor da UNIRIO; Professora Mônica Mandarino, atual diretora da SBEM-RJ. Em suas falas, foi exaltada a importância do fórum e de sua temática, a formação dos professores.

A seguir, compôs-se a mesa redonda, para a qual convidamos seguintes docentes: Prof. Dr^a Dayse Martins Hora, coordenadora das licenciaturas da UNIRIO e especialista em Currículo, Professores Lúcia Maria Aversa Villela e Pedro Carlos Pereira, ambos da antiga diretoria da SBEM-RJ e a Prof. Dr^a Ana Teresa de Carvalho Correa de Oliveira da atual diretoria da SBEM-RJ.

As falas destes professores foram altamente relevantes para situarmos-nos no quadro atual das reformas em nosso estado, a saber:

- Prof^a. Dr^a. **Dayse Martins Hora** - UNIRIO, abordou questões que sua experiência como membro da comissão de reformas das licenciaturas na UNIRIO possibilitam destacar, com ênfase em esclarecimentos relativos às Diretrizes. A professora relembrou a carga horária total dos novos componentes curriculares para as licenciaturas (prática pedagógica, estágio, atividades culturais); relatou sobre conflitos que surgem nas relações dos institutos específicos com a faculdade de educação. Trouxe à baila a amplitude a cada dia mais reforçada, da atividade docente: novas exigências legais (como o domínio do LIBRAS), mais expectativas sócio-educativas (resultante de novas configurações familiares, por exemplo) , novas competências profissionais (exigidas pelo desenvolvimento científico e tecnológico) , por exemplo. A professora Dayse citou ainda a difícil relação teoria-prática e sua dissociação histórica.
- Os professores **Lúcia Villela** e **Pedro Pereira** apresentaram relatórios do fórum ocorrido durante a gestão da qual participaram da diretoria da SBEM-RJ. A recordação dos debates , tanto regional quanto nacional, serviram como elementos norteadores para o debate neste II fórum. O referido relatório teve suas questões incorporadas na discussão nacional ocorrida em 2003, a qual já nos referimos.
- A Prof^a. Dr^a. **Ana Teresa de Carvalho Correa de Oliveira** apresentou os resultados de uma breve investigação, feita na Internet, a partir das grades curriculares hoje vigentes em cursos públicos e privados de licenciatura em Matemática no Estado do Rio de Janeiro. O seu foco foi a carga horária dos cursos, a distribuição das disciplinas de formação pedagógica e do estágio supervisionado ao longo dos períodos e a exigência da monografia.

As apresentações, permeadas por questões propostas pelos participantes, foram bastante enriquecedoras, iniciadas às 9:30h, após muito debate e participação, encerraram-se às 12h. No período da tarde, das 13 às 16 horas, houve uma discussão orientada pelos itens do questionário proposto pela DNE da SBEM, e alimentada pelo que as apresentações e as questões dos participantes evidenciaram como questões prementes.

O levantamento feito pela Internet junto ao INEP mostrou a existência de 38 cursos de licenciatura em Matemática no Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, só foram conseguidas informações concretas de 22 desses cursos, devido à três questões principais.

Primeiramente, por vezes, ao buscar informações no site das instituições, observa-se que não é oferecido, de fato, o curso de licenciatura em Matemática como informa o INEP. Certamente, tratam-se de cursos que foram encerrados e esta informação não foi atualizada pelo INEP, o que faz com que sejam listados cursos não mais existentes no estado do RJ.

Em segundo lugar, os sites encontram-se, frequentemente, desatualizados e não informam grades vigentes, a carga horária de seus cursos etc, mantendo somente as informações relacionadas à época de ingresso, turnos e valor da mensalidade no caso de instituições privadas.

Em terceiro lugar, os questionários enviados aos coordenadores dos cursos não foram respondidos e encaminhados a SBEM-RJ em tempo de ser feito um levantamento prévio de questões. Chegaram no dia do fórum, entregues em mãos, ou ainda, encontram-se prometidos para assim que o tempo permitir o preenchimento detalhado e cuidadoso dos mesmos. Neste dia tínhamos somente 4 questionários previamente enviados.

Entretanto, as 22 instituições que apresentavam em seus sites as informações que desejávamos, além das que tinham seus representantes no fórum trazendo as informações de viva voz, possibilitaram-nos algumas constatações importantes.

- A participação de coordenadores e docentes no fórum:

A participação foi bastante reduzida. A dificuldade do mês de dezembro para docentes, que se encontram excessivamente atribulados, deve ter contribuído para a baixa freqüência.

- Tempo de duração dos cursos:

Observou-se uma variedade grande na carga total dos cursos de licenciatura no estado, por vezes em descumprimento da lei, observando-se carga total desde 2415

horas até 3880 horas. Varia, correlatamente, o número de períodos e o tempo de integralização dos cursos.

As IES particulares organizam a carga horária mínima (2800 horas) em 3 anos, enquanto a públicas em 4 anos. Acreditamos que essa redução prejudica a formação inicial do professor. A maioria das IES privadas oferece cursos noturnos, com complementação de carga horária aos sábados.

- Grade curricular

As grades curriculares evidenciam uma diluição das disciplinas de formação pedagógica ao longo de todos os períodos, o que parece ser um aspecto positivo da reforma.

Algumas IES incluem mais disciplinas pedagógicas do que o exigido na lei (2/5).

Há uma tendência a criar disciplinas que abordam a matemática da educação básica (conteúdos do ensino fundamental e médio, em geral chamada *fundamentos de matemática*). Este aspecto é considerado positivo pelos alunos da graduação da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF) que participaram do Fórum.

Observa-se a presença de um elemento curricular chamado *Laboratório de Matemática, Laboratório de ensino e aprendizagem de Matemática ou Laboratório de ensino de Matemática*. Contudo, estes parecem estar apoiados em concepções bastante variadas acerca do seu papel, apesar de parecer estar sempre em questão a articulação teoria e prática.

Alguns, com regulamento fundamentado e disponível no site, se propõem a serem um espaço de aprendizagem de uso dos materiais concretos nas aulas de matemática. Outros envolvem atuações mais amplas, extra muros institucionais, articuladas a atividades extensionistas, refletidas nos laboratórios visando a formação dos futuros professores.

Constata-se uma falta de diferenciação clara entre o que se realiza no laboratório de ensino de matemática, na didática de matemática, oficina de matemática, técnicas de ensino de matemática e metodologia do ensino de matemática, estando estes elementos curriculares, as vezes, presentes em uma mesma grade e até em um mesmo período. O que seria o objeto de estudo de cada uma dessas disciplinas? Seriam todas elas necessárias, em uma mesma grade?

Exemplos:

Grade A

Metodologia do ensino de Matemática no 3º período.

Matemática em sala de aula do 4º ao 7º períodos.

Estágio supervisionado do 5º ao 8º períodos.

Grade B

Laboratórios de ensino de matemática I a V nos 5 primeiros períodos.

Estágio supervisionado no 6º período.

Metodologia e ensino de matemática no 7º período.

Prática de ensino de matemática no 8º período.

Grade C

Laboratório de Matemática I e II, nos 2º e 6º períodos, Estágio Supervisionado nos 5º, 6º e 7º períodos, Técnicas de ensino em matemática no 5º período.

Grade D

Metodologia do ensino de matemática no 2º período.

Tópicos do ensino de matemática no 6º período.

Laboratório de matemática I, II e III no 4º, 7º e 8º períodos.

Grade E

Laboratório do ensino de matemática no 3º período.

Didática especial em matemática no 4º período.

- Monografias:

As monografias parecem ser exigência de todas as licenciaturas, observando-se a ocorrência de monografias feitas em dupla, em decorrência da dificuldade de orientação por parte de um corpo docente sobrecarregado de atividades.

Discutiu-se sobre outras formas de Trabalhos de Conclusão de Curso que não são monografias, e que podem ser viáveis e aceitos com tal, como projetos etc. Refletiu-se sobre a incidência de trabalhos de cópias, o que freqüentemente vem acontecendo na elaboração de monografias.

PROPOSTAS A SEREM ENCAMINHADAS AO FÓRUM NACIONAL:

- Que as instituições atualizem urgentemente as informações disponíveis no site institucional, com grades curriculares atuais, ementas, fluxogramas, projetos de formação continuada, identificação dos coordenadores e como acessá-los.

- Que haja fiscalização rigorosa nos estados acerca da carga horária mínima a ser cumprida pelos cursos;

- Que haja discussão profunda no âmbito institucional acerca dos saberes necessários ao futuro professor de matemática, de forma a não sobrecarregar a grade com disciplinas que provoquem superposição de temas;

- Que seja mantida a exigência da monografia, pois constata-se que houve ganho de qualidade na produção dos alunos.

- Que as reformas referenciem-se não só às questões legais apresentadas pelas diretrizes, mas a um perfil de egresso com competências discutidas e amadurecidas, coletivamente, pelo corpo docente dos cursos de licenciaturas.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 2007

Relatório elaborado por membros da Diretoria da SEM-RJ

*Mônica Mandarino, Maria Isabel Ortigão, Ana Teresa de
Carvalho Correa de Oliveira, Wanda Pacheco Ferreira
e-mail: sebem@sbemrj.br*